

ESCRAVATURA CONCEITOS A EMPRESA DE SAQUE

José Capela



O *Kairós* na análise do fenómeno da escravatura na obra de José Capela*

Pedro Pereira Leite**

pp. 239-253

“A invocação idílica da Ilha paradisíaca e o apelo à memória do centro do encontro de culturas gerador de correntes de afetividade só terão sentido após o exorcismo de mal entendidos históricos que continuam a confundir-nos. O que jamais tendo sido tentado, se ilude com toda a desfaçatez” (Capela, 2002).

Esta comunicação que aqui hoje apresentamos é um tributo ao historiador José Soares Martins, que conheci nos idos dos anos de setenta, com o nome literário de José Capela. Assumo este tributo, na forma autobiográfica, com a consciência de que se trata dum vulto de grande significado na historiografia portuguesa e moçambicana pelo seu contributo do conhecimento do nosso passado comum. Um passado partilhado, controverso e polémico pelas relações coloniais, que José Capela reconhece, intervém e enfrenta primeiro, e depois, após a independência, através do seu reconhecimento, como forma de ultrapassar essas relações desiguais, numa perspetiva de irmandade de valores.

Ao longo destes 30 anos que levo de ofício de historiador, entre as várias dimensões da obra de José Capela que fui descobrindo, o fenómeno da escravatura foi aquele onde mais bebi. Já lá iremos! Será injusto não começar por referenciar aqui aquela que foi a primeira das suas obras que li, “*Moçambique pelo seu Povo*”, publicada em 1974. Encontrei o livro de José Capela no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral em

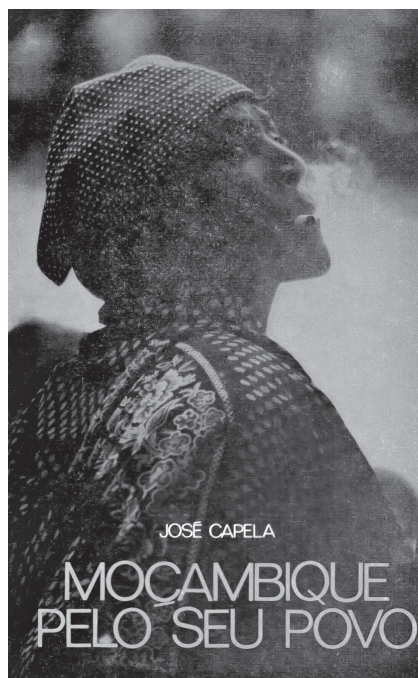


Ilustração 001 – Capa do livro de José Capela “Moçambique pelo seu Povo”.

* Comunicação apresentada no Colóquio Internacional “José Capela e a história de Moçambique: 45 anos depois de O vinho para o preto” 29-30 de Maio – 2017, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. pedropereiraite@ces.uc.pt

Lisboa¹, em meados dos anos oitenta, nos trabalhos sobre as questões da “Educação para o Desenvolvimento”, como então nomeávamos as atividades de sensibilização da opinião pública sobre o “desenvolvimento africano”².

Reconheço hoje que, inicialmente, quando li “Moçambique pelo seu Povo” não me apercebi de imediato do gesto de inovação metodológica que José Capela esboçara na historiografia portuguesa e que lhe permitiu aceder ao *kairós* e ao *locus* da terra e das gentes de Moçambique. É certo que Capela teve uma formação em teologia. A sua ida para Moçambique e a sua atuação como jornalista não poderia esquecer a dimensão do ser humano e da sua autonomia pessoal e interação com os outros. É sabido que o seu tio, D. Sebastião Soares de Rezende, que o havia chamado para a Beira, havia sido um dos prelados que participara no concílio do Vaticano II, onde se defendeu uma aproximação da ação ecuménica aos mais pobres³. Não sei quais as razões pessoais que levaram Capela a dar voz às comunidades, à sua história e aos sentidos das suas vidas e dos seus lugares. Dar a voz aos outros foi uma das formas que Capela procurou construir nas suas primeiras obras, realçando, e aqui a sua renovação epistémica, a natureza injusta dessa relação de dominação colonial e a percepção do seu fim.

Embora subjetiva, porque por mim pensada, a generosa contribuição de José Capela para a minha compreensão da história de Moçambique só mais tarde a entendi. Estava em trabalho de campo, na foz do Save, em Quelimane, e conversava com o grupo de artistas que intervinham num sarau no centro cultural da Pedagógica, quando compreendi que as controvérsias e as tensões da relação colonial estão presentes nesta nossa história comum. Mas é com essa memória que estamos a construir os nossos presentes. É tempo de memórias tensas, com esquecimentos e culpas controversas mas, por isso mesmo, é através do seu reconhecimento que nos é permitido superar os seus limites e criar novas ações. É nessa nossa liberdade de escolha que a consciência pode desempenhar um papel emancipador ou subalterno.

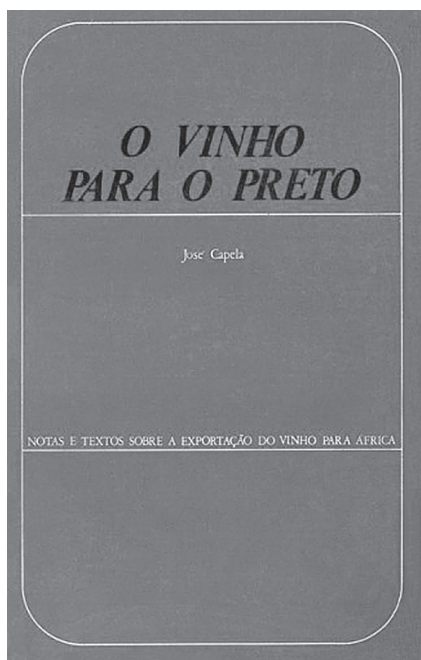


Ilustração 002 – Capa do livro de José Capela “O vinho para o Preto”.

José Capela e a história

Regressemos então ao fenómeno da escravatura em José Capela. Como afirmamos a sua obra foi a minha porta de acesso à problemática do tráfico negreiro. Aconteceu no início

¹ <https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-de-recursos/documentacao/historial/> (consultado em agosto 2017).

² Não cabe no âmbito deste trabalho a análise crítica desta questão, na altura usado no sentido da teoria da dependência do economista André Gunder Frank.

³ Ficou célebre em Moçambique a polémica que grassou entre as gentes da Beira, quando D. Sebastião de Rezende após o seu regresso de Roma defendeu, em homilia o ecumenismo na Igreja católica, palavra que na ignorância da época foi confundida com “comunismo”.

da década de oitenta, na Faculdade de Letras de Lisboa, quando no terceiro ano, na disciplina de opção, escolhi “História de África”. Uma cadeira que era então lecionada por Isabel Castro Henriques⁴ numa disciplina pioneira em Portugal, numa academia que ensaiava uma abordagem pós-colonial, como mais tarde se virá a chamar este campo de estudos culturais. Estamos numa época em que a Historiografia portuguesa se procurava renovar através das abordagens da *Nova História*, acolhendo novas problemáticas, novos objetos, novas metodologias. A História de África assumia-se como uma dessas novas formas de fazer história.

Como efeito da revolução de Abril na academia, a Faculdade de Letras de Lisboa atravessava na época fortes tensões no seio do seu corpo docente. Na sequência da democratização das universidades, em 1974, os lentes alinhados ao regime fascista tinham sido liminarmente saneados. Entre os anos de 1976 e 1977 foi necessário acolher novos professores, para satisfazer a elevada procura do ensino superior, que então também ele se procurava democratizar, como então na época de defendia. É nessa renovação do corpo docente, que Isabel Castro Henriques, regressada de Paris entra na Faculdade de Letras. A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, procurava um lente para as aulas sobre os “descobrimentos”. Segundo Isabel Castro Henriques nos confessou, na época contrapropôs como alternativa a História de África. Uma nova abordagem, mais adequada aos tempos, descentrada do lugar do colonizador e procurando entender os processos históricos a partir das dinâmicas do continente. Vingou!

Com o passar dos anos, a normalização “democrática” fez regressar os “velhos” professores e as relações de força no conselho científico alteraram-se. A tensão atingiu o seu auge nos inícios da década de oitenta, quando então frequento a licenciatura. Para simplificar, a disciplina “História de África” que me tinha cativado e na qual me tinha inscrito, transformava-se numa “História da Expansão Portuguesa em África”, nome contra o qual os alunos se bateram, pela sua formulação neocolonial, sem sucesso.

Tratou-se duma alteração de nome, mas não de conteúdos. A proposta de Isabel Castro Henriques de trabalhar a História a partir dos processo que aconteceram no interior de África, procurando dar voz aos africanos continuou. Compreender de que modo as culturas locais existiram, como se organizavam, como enfrentaram o colonialismo e como a ele resistiram era a opção proposta de estudar a história a partir do seu locus.

A opção epistemológica implicava naturalmente a renovação das metodologias. Onde não havia documentos escritos era necessário estudar a partir das fontes orais. A arte africana implicava entender os sistemas de pensamento africanos. O modo de organização do espaço, físico e social, implicava conhecer as formas africanas de relação social. A história renovava-se pelo diálogo com outras disciplinas do saber: a geografia, a antropologia, a arte, a linguística, a psicologia, a economia, a ciência política.

Nessa altura ainda se debatia, entre os lentes da Faculdade de Letras, se havia realmente uma “história em África”, argumentando que a não existência de escrita implicava ausência de objeto. A isto contrapunham-se as novas



Ilustração 003 – Jardim da Memória na Ilha de Moçambique: A porta para o Mundo.
Foto do autor.

⁴ Isabel Castro Henriques, Professora Emérita da Faculdade de Letras. Doutorada em História de África pela Universidade de Paris. <https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/pt/menucesa/equipa-de-investigacao/379>.

metodologias e as novas problemáticas dando relevância aos processos históricos. A escravatura é uma dessas novas problemáticas. A escravatura não apenas como um comércio, mas sobretudo a escravatura como um modo de organização do real, que implicava a desumanização do ser e a sua transformação em mercadoria. A história de África permitia compreender que a narrativa sobre esses tais impérios que os portugueses criaram para construir o seu mundo messiânico, não passava apenas duma construção imaginária que legitimava a tragédia que se abateu sobre os povos africanos dominados e, sabemos-lo hoje, também para os seus dominadores.

Do ponto de vista da historiografia conservadora a História de África não tinha lugar como objeto epistémico. A ausência dos africanos como sujeitos epistémicos foi uma forma de silenciamento do outro e das outras narrativas alternativas. Não deixa de ser sintomático que dez anos após Abril, na altura em que Portugal entra na CEE, entender que predominava na sociedade portuguesa uma visão excludente dos outros na sua História. A memória da escravatura era silenciada no seu significado como integrando a consciência coletiva. Continua a sê-lo no presente⁵.

O mérito do trabalho de José Capela foi o de trabalhar sobre o fenómeno da escravatura na perspetiva dum fenómeno histórico. Não foi naturalmente um caso único. O fenómeno da escravatura esteve presente no pensamento historiográfico em língua portuguesa. António Carreira com o seu “tráfico Português de Escravos”, publicado em 1979 pela Junta de Investigação do Ultramar era um livro de referência, sobretudo para o estudo das relações comerciais no Atlântico Sul. Também do Brasil. José Ramos Tinhorão⁶ que escreveu em 1988 “Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa”, publicado pela Editorial Caminho, se tornou um trabalho pioneiro pela sua proposta de trabalhar as influências dos africanos na cultura portuguesa, nomeadamente na música e nas festividades.

O tema da escravatura será posteriormente objeto de vários trabalhos de pesquisa, em grande parte impulsionados por Isabel Castro Henriques no seu Centro de Estudos Africanos na Faculdade de Letras, reunindo para além da história a literatura. A esse facto não terá sido alheio a influência de Alfredo Margarido (1928-2010)⁷ que nos anos cinquenta havia frequentado a casa dos estudantes do Império e que a partir de Paris escrevia sobre a emergência da literatura em língua portuguesa nas novas nações africanas⁸.

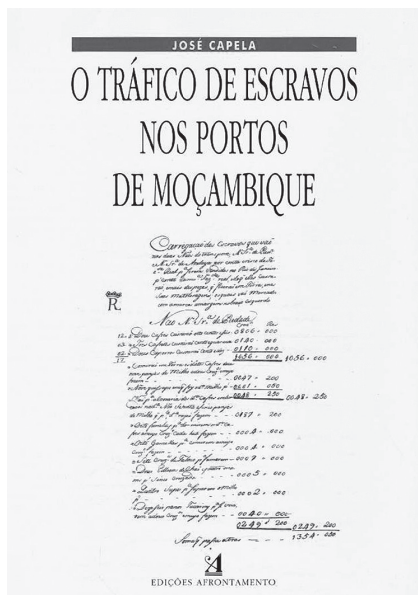


Ilustração 004 – Capa do Livro de José Capela “O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique”.

⁵ Veja-se por exemplo a iniciativa “Testemunhos da Escravatura: Memória Africana” feita em Lisboa no âmbito da Capital Ibero-americana de Cultura (2017). www.testemunhosdaescravatura.pt (consultado em agosto 2017).

⁶ Veja-se biografia de José Ramos Tinhorão em <https://ims.com.br/titular-colecao/jose-ramos-tinhorao/> (consultado em 04/DEZ2017).

⁷ Veja-se a obra deste autor na página da Biblioteca Nacional www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=700:exposicao-alfredo-margarido-um-pensador-livre-e-critico-17-abr-31-maio&catid=162:2012&Itemid=733&lang=pt (consultado em 04/DEZ2017)

⁸ Margarido, Alfredo (1980), Estudos sobre as Literaturas das Novas Nações Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo.

Dessa altura, em síntese, o trabalho sobre a História da África permitiu-nos o acesso a várias dimensões de pensamento histórico, nas quais o trabalho de José Capela sobre a escravatura foi um dos contributos. Por exemplo a distinção entre escravatura e tráfico negroiro e as questões do processo de reconhecimento do outro foram duas questões que nos acompanharam ao longo do nosso percurso de pesquisa.

O tráfico de escravos na Ilha de Moçambique

A questão da escravatura, com o finalizar da licenciatura em História, perdeu relevância face às questões do reconhecimento do outro. Ainda a abordamos no âmbito dum pequeno trabalho no Mestrado em Estudos Africanos, que na sequência frequentamos no ISCSP em Lisboa⁹, no qual procuramos olhar para a questão do seu impacto ao nível da organização interna das sociedades africanas. Pouca relevância terá tido, porque o perdemos: mas, em contrapartida a questão do reconhecimento do outro ganhou relevância.

Os trabalhos de Educação para o Desenvolvimento que então íamos desenvolvendo em Portugal com trabalho numa ONG de Desenvolvimento; os Mestrado em História da Educação, com base na análise da implementação dos sistemas educativos coloniais, nas colónias portuguesas durante o Estado Novo, permitiram ir desenvolvendo a questão do reconhecimento do outro. Com a diluição da relevância do fenómeno da escravatura no nosso trabalho, a obra de José Capela torna-se mais distante, os livros ficam nas prateleiras empoeiradas da estante por cerca de duas dezenas de anos.

Curiosamente, ou talvez não. As duas questões acabaram por se reencontrar no nosso trabalho de pesquisa para o doutoramento a partir de 2008. A Ilha de Moçambique constitui o cenário dessa aproximação.

A questão foi-se insinuando através da questão do silenciamento da presença africana nos museus portugueses. No âmbito do curso de doutoramento, já a pensar no caso da Ilha de Moçambique, efetuamos um teste às metodologias de trabalho par análise da presença dos africanos e da cultura africana nos museus de Lisboa¹⁰.

Tratava-se dum pequeno exercício que partir da questão simples de interrogar se existiria uma conformidade entre o discurso sobre a proximidade dos contributos das culturas africanas em Lisboa, presentes nos discursos do quotidiano, e as representações dessas culturas nas narrativas dos museus de Lisboa. A resposta que encontramos a esta questão que havíamos formulado foi a que existia um silenciamento sobre a herança africana nas representações desses museus. Um silenciamento que contrastava com a forte presença africana na cidade de Lisboa, seja na sua história, seja nesse presente, que é ainda o nosso, visível na vivência da cidade, na música, na arte, na gastronomia. Concluimos que havia uma desconformidade entre os ritmos da cidade e as narrativas mnemónicas do presente, pelos menos no que relacionava com as heranças relevadas nos museus da cidade.

É certo que nessa altura também estávamos influenciados pela recente publicação do trabalho de Isabel Castro Henriques “*A Herança Africana em Portugal*”¹¹ e pelo achamento dum cemitério de escravos em Lagos, onde entre outras questões, se discutia o “duplo

⁹ Tratou-se do primeiro mestrado sobre Estudos Africanos que abriu em 1986, tendo como diretor Adriano Moreira, antigo Ministro do Ultramar no Estado Novo, dando sequência a uma proposta de continuidade de estudos sobre África, a partir duma prespetiva de “comunidade de língua”.

¹⁰ Leite, Pedro Pereira (2011). “A imagem dos Africanos nos Museus de Lisboa”, in Atas do XI CONLAB, UFBA in http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2966/1308069142_ARQUIVO_AImagemdosAfricanosnosMuseusdeLisboa-texto.pdf?sequence=1 (compulsado em 04DEZ2017).

¹¹ Henriques, Isabel Castro (2007). *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa, CTT. Ver resenha em: <http://www.redalyc.org/pdf/770/77019782008.pdf> (consultado em 04DEZ2017).

esquecimento” das populações africanas¹². Duplamente esquecidas, na sua memória como escravos e como seres humanos, pois os achamentos foram feitos numa lixeira medieval da cidade. Mais tarde, no âmbito do Projeto da Unesco “A Rota do Escravo” acabaríamos por trabalhar sobre essa questão, mas sem que tenhamos conseguido ultrapassar essa questão no então projeto do Museu da Escravatura de Lagos¹³. Em palavras sintéticas o museu fala da questão da escravatura, mas os esqueletos e o lugar onde foram encontrados não tiveram a dignidade de se constituírem como objeto patrimonial africano.¹⁴

A problemática da memória, do esquecimento e do silenciamento das heranças africanas nos museus portugueses, ficou por aí, na medida em que o objeto da investigação para a tese que desenvolvíamos era Moçambique. Este tinha sido um exercício metodológico, e lançamo-nos no trabalho de campo em Moçambique. Na bagagem levávamos o livro de Paul Ricoeur “A História, A Memória e o Esquecimento”¹⁵ um livro que nos levava às problemáticas do “eikon”¹⁶ sobre o qual procurávamos refletir.

Após uma passagem por Maputo viajamos pelo País, onde identificamos os museus e analisamos as representações das memórias e heranças neles existentes. Com esse material recolhido, arribamos na Ilha de Moçambique, com uma agenda de investigação que procurava entender a Memória coletiva da Ilha como fundamento dum processo museológico. O Doutoramento que fizemos em Museologia foi feito numa perspetiva da sociomuseologia¹⁷, ou museologia social como se expressa no Brasil. A primeira preocupação foi o reconhecer o espaço (território) e a comunidade. A agenda era apertada. Pela manhã entrevistas a atores locais e visitas a lugares patrimoniais. Recolhíamos memórias. Da parte da tarde, pela hora do calor dedicava um par de horas à escrita do Diário de Investigação. Ao fim da tarde um pequeno passeio para colocar a conversa em dia e regresso às leituras pelo fresco da noite.

Logo nos primeiros dias da estadia, na Livraria Café dos Arcos, encontramos na montra o Livro de José Capela “*O tráfico de escravos nos Portos de Moçambique*”. Já o tínhamos visto em Lisboa, nos inícios do milénio, mas não o havíamos lido, afastados que estávamos da problemática. Peguei nele. Custou-me 2.800 meticais, ao câmbio da época cerca de 50 € hoje. O dobro do preço numa livraria lisboeta. O livro é um luxo na Ilha. Lembro-me de o ler, deliciado na quitanda, embalado pelos ventos do Índico. Foi uma rara e estranha experiência este meu reencontro com José Capela. O seu labor metucioso e rigor de pesquisa transpareciam no livro. Tinha visitado arquivos de três continentes. Lisboa, Rio de Janeiro, Maputo. Uma triangulação que lhe deu uma amplitude vastíssima. Foi um trabalho de quase uma vida. Uma tese que teria sido defendida sem dúvida com brilhantismo

¹² [https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/\(consultado-em-04DEZ2017\)](https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/(consultado-em-04DEZ2017)).

¹³ <https://www.cm-lagos.pt/Descobrir-lagos/visitar/museus#685-nucleo-museologico-rotas-da-escravatura-mercado-de-escravos> (consultado em 04DEZ2017).

¹⁴ [https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/lagos/o-caso-do-cemiterio-de-escravos-em-lagos-e-o-processo-de-protacao-patrimonial/\(consultado-em-04DEZ2017\)](https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/lagos/o-caso-do-cemiterio-de-escravos-em-lagos-e-o-processo-de-protacao-patrimonial/(consultado-em-04DEZ2017)).

¹⁵ Ricoeur, Paul (2008), *A História, A Memória e o Esquecimento*, São Paulo: UNICAMP.

¹⁶ O eikon é uma problemática grega sobre a representação (a imagem). A questão ganhou relevância nos anos 90 com os trabalhos de Ricoeur e de Marc Augé sobre os Lugares de Esquecimento (Augé, 2001), em contrapartida aos Lugares de Memória de Pierre Nora (Nora, 1977).

¹⁷ Não cabe neste trabalho detalharmos o percurso académico. O seu centro de reflexão é sobre a Influência de José Capela no nosso trabalho. Cabe todavia explicitar que ainda procuramos centrar o nosso trabalho de doutoramento na área da História, tendo desenvolvido vários anos de investigação numa comunidade mineira no vale do Sado, em Portugal. A necessidade de resolução de algumas questões na relação entre o espaço museológico onde trabalhamos e a comunidade, levou-nos a procurar a museologia social. No trabalho “*Casa Muss-amb-ike: o compromisso no processo museológico*” (Leite, 2012) distinguimos a diferença entre as problemáticas da História e da Memória Social. Ainda que sejam por vezes convergentes nos objetos de estudo, divergem no tempo. Paul Ricoeur, no livro citado dá algumas ideias sobre a resolução desta questão, quando aborda o *chronos* e o *kairós* (op. cit.).

na academia. Mas não foi só o seu rigor de historiador que me foi útil. O que mais me foi útil foi o encantamento que me provocou.

Esta é a exata palavra que designa: encantamento. Muitos são os avisos sobre o investigador se deixar seduzir pelo seu objeto de investigação. Mas o encantamento faz parte da descoberta. Temos que sabe-lo reconhecer para o enfrentar. Raras vezes temos oportunidade de ler sobre um objeto histórico no lugar desse objeto. De entender o kairós e o loci desse que nos chega desse objeto. Em resumo de encontrar uma conformidade entre a escrita sobre o lugar e a sua história, e o presente desse lugar. Com as suas contradições. Com as suas tensões, reificadas e silenciadas. Quando percorria as ruas e olhava o espaço sentia o tempo. Quando olhava para as pedras da fortaleza de São Sebastião, ou para os portões da Casa dos Arcos, não podiam deixar de entender que dentro dessas pedras ecoava também o sofrimento dos cativos. Dos que se viram privados da sua condição humana, lançados pelos aós oceanos, trocados como mercadorias para criar riqueza do mundo colonial.

Nas igrejas da ilha os nomes dos negreiros saltavam à vista. Tomáz Gonzaga, poeta da incondiência mineira, exilado na Ilha como punição pelo seu gesto libertador no Brasil, transformado em negreiro pelo casamento em Moçambique, esquecido da sua Marília. Era afinal bisavô de dona F., que gentilmente nos falou das memórias da ilha e da sua família. Radicados há centenas de anos nas famílias da ilha, os herdeiros dos protagonistas destas histórias transportam memórias tensas. Há silêncios e esquecimentos na memória negreira. Silêncios sobre a memória colonial. Esquecimentos que estão presentes nos corpos e nas histórias, mas não se falam. Elementos impronunciáveis mas presentes. Aí tive a clara percepção dos limites da história. Da sua escrita, pelo menos.

A leitura do livro de Capela e o fato de levar a problemática da memória como agenda de investigação fariam prever que encontrasse localmente abundante material para trabalhar. No entanto o nosso projeto saiu gorado e a análise do fenómeno da escravatura acabou por não ter relevância na nossa tese. Em parte, porque na memória local, onde muitos são herdeiros de escravistas, a escravatura é um fenómeno conflitual. Na altura não tivemos nem o génio, nem a possibilidade de com ela trabalhar. De outro lado, por parte das populações africanas, o fenómeno do tráfico negreiro é uma memória cultural, isto é, está fora da experiência vivida pelas três últimas gerações, apenas sendo acedida por via dos lugares de memória, de que o “Jardim da Memória” é um exemplo. Ainda como corolário de tudo isso, a escravatura, enquanto fenómeno social é uma realidade presente nos dias de hoje no mundo Índico, o que torna o trabalho de pesquisa sobre essa questão bastante mais complexo.

A questão da vivência da memória da escravatura na Ilha encontra no Jardim da Memória¹⁸ um exemplo paradigmático, tal com o são as comemorações do dia do fim da Escravatura a 23 de agosto. O Jardim da Memória é um projeto da UNESCO, executada no Mundo Índico através do programa “A rota dos Escravos”, construído pelos franceses num antigo armazém portuário. Trata-se de uma memória externa à ilha, que ninguém da ilha quis marcar, e por isso apenas tem um uso turístico.

A sua conceção é feita com base numa apresentação em três círculos permanecem como a ilustração da memória em conflito. O mundo interno da ilha, o mundo africano no Índico e o mundo global. Trata-se dum equipamento onde o trabalho sobre os fragmentos do passado demonstra os impasses no entendimento do presente. No trabalho que então efetuamos, para além do impacto visual do equipamento, talvez influenciados pela leitura do livro de José Capela, o Jardim pareceu-nos, na nossa análise à época um programa feito

¹⁸ Sobre o Jardim da Escravatura veja-se http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/1097_JardimdaMemoria.pdf (consultado em 04 de 2017).

a partir de fora dos interesses da comunidade. Um programa onde a História é usada como tribunal para criar uma narrativa e uma explicação de eventos, através da qual é feita a sua resinificação. A memória é também isso: um processo em reconstrução permanente sobre o entendimento que o presente relewa sobre o passado. Foi preciso chegar ao fim da tese para entender isto. O Jardim da memória apresentava uma memória “suave” sem questionamento. A nossa agenda de investigação não estava ainda preparada para trabalhar plenamente sobre isso, por isso apenas o enunciamos como programa de trabalhos futuros. Uma agenda que tarda em avançar.

Talvez Capela, no seu livro, o tenha entendido e por isso optado por trabalhar sobre os acontecimentos. Não se esquivava de trabalhar sobre uma memória controversa, mas apresenta-a como um conjunto de ações realizadas de forma consciente por homens e mulheres de um dado tempo, que recolheram por isso benefícios. Sem deixar de transparecer que se tratou duma operação que anulava condição e a dignidade humana, procurava ver essa problemática através de diferentes ângulos, apoiado em registos e procurando entender os contextos. Foi sábio nessa escrita. Na nossa leitura sobre o livro de Capela, e depois de termos procurado, através de metodologias de história oral e nas narrativas biográficas¹⁹, encontrar a memória vivida, acabamos por nos aproximar dos limites desta obra de Capela, condição para se avançar numa investigação.

Por exemplo, Capela neste livro sobre o tráfico de escravos, não usa a memória oral. Nem tinha que usar. Delimitou o seu objeto de investigação entre 1733 e 1903, que inicia no século XVIII quando a reforma administrativa autonomiza a província do vice-reinado da Índia, recentrando em Lisboa a administração Ultramarina; e o período de início da ocupação sistemática de Moçambique. Baliza um corpo documental administrativo. O tráfico é algo que ultrapassa longamente as datas da abolição, as fronteiras administrativas e as crenças lusotropicalistas sobre a bondade do colonialismo português. O trabalho não perde a sua relevância.

O encontrar os limites duma obra dum autor é um desafio aliciante. Só os podemos compreender a partir dessa obra. Esse foi um mérito, mais um que José Capela me legou, e que me permitiu aceder a campos novos de problematização. É essa a condição do mestre. Conduzir para deixar continuar. Confesso que passei algum tempo a procurar alternativas para os ultrapassar. A questão da história oral, e a sua aplicação metodológica, que procurava “compreender o chão que pisamos”²⁰, não foi fácil. Por isso, na escrita da tese optamos por terrenos mais familiares. Estávamos na Ilha, mas construir um diálogo não com a comunidade sobre uma questão controversa não era fácil. Como já acima enunciamos trata-se duma memória conflitual e distante. Como nos disseram: *“A escravatura deixou muitas memórias. Quase todos os escravos vinham de outras partes. Vinham lá do interior. A Ilha é um ponto de transporte. Eles vinham lá do interior para o Mossuril. Não há distinção entre a ilha e o Mossuril. Aqui eles partiam. Só cá ficavam os mudos. Aqueles que não tinham condições para trabalhar. Os rejeitados. Lá na estrada ao pé do Celeiro há “armazém”. Quer dizer: era um “armazém” entre aspas para guardar pessoas. Também no vale do Makuti havia um local. Uma casa velha. Mas já não há nada para ver porque as pessoas construíram dentro as suas casas. Também na Casa do Luís de Camões havia uma feitoria de escravos”* (entrevista a Laurentina, 2009), afirma-nos uma jovem quadro, licenciada em história, a regressar à sua terra para início de carreira profissional como professora²¹.

¹⁹ Veja-se (Thompson, 1993), (Farrroti, 1991), (Delory-Momberger, 2006) e (Lechner, 2009).

²⁰ Usamos aqui a referência à historiografia anglo-saxónica de Paul Thompson cristalizada na expressão “Dig wher we Stand” (que traduzimos por Escavar onde estamos).

²¹ Entrevistas com atores locais, realizadas na Ilha de Moçambique em novembro de 2009, no âmbito da pesquisa de doutoramento “Casa Muss-amb-ike: o compromisso no Processo Museológico” (Leite, 2012).

E ao tentarmos aprofundar um pouco mais esta memória, rapidamente os interlocutores remetem para trabalhos especializados, o que evidencia uma relação distante com o fenómeno. Isso é uma memória cultural. “São fontes orais e de alguém que estudou. O Dr. Luís Filipe apontou várias feitorias na Ilha de Moçambique. As pessoas mais velhas também se lembram disso. A escravatura continuou em 1920 até 1940. Muitos dos mais velhos ainda se lembram disso. Utilizava-se o trabalho forçado. A construção da fortaleza, por exemplo, foi feita com mão-de-obra escrava aqui de Moçambique”.



Ilustração 005 – Jardim da Memória na Ilha de Moçambique – A voz dos cativos. Foto do autor.

Uma memória tensa que procura equilibrar-se: “A escravatura foi muito penosa. Mas pudemos tirar algum proveito. As ilhas do Índico são ilhas onde encontramos a nossa cultura. São povos que se formaram da escravatura. Os escravos acabaram por se transformar em famílias e a nossa cultura acabou por se espalhar pelo mundo fora. Eles falam macua como nós. A colonização também tem aspetos positivos. Esta é a nossa história. A história de um povo” (Lechmer, 2009).

O fenómeno da escravatura estudado por Capela deixa claro que entre o século XVII, XVIII e XIX, o comércio, dos escravos e dos produtos do sertão, foram a principal fonte de receitas da alfândega de Moçambique. Os escravos enviados para o Brasil, e de seguida para as Ilhas Reunião foram uma atividade florescente durante centenas de anos. A riqueza da ilha, a sua construção foi em grande parte resultado dessa atividade negreira que alimentou os cabedais das elites locais e dos colonos. Sabemos, através dos registos que Capela publicou, que o tráfico de escravos, embora formalmente proibido, continuou de forma informal até ao princípio do século XX, onde ainda se julgavam indivíduos pela prática de comércio de escravos.

Basta uma breve comparação entre os nomes dos traficantes de escravos, referenciados nas investigações de Capela com os nomes inscritos nas lápides conservadas nas igrejas cristãs da ilha, para entender que os abastados negociantes benfeitores eram os mais importantes traficantes da colónia. O silêncio cúmplice sobre este assunto que todos os interlocutores nos prendaram, e que em certa medida inviabilizou o nosso trabalho, não resulta tanto da falta de conhecimento sobre o fenómeno, mas sobretudo pelo incómodo mnemónico que a questão gera. O esquecimento é neste caso uma prática de memória, ou se preferirmos como uma Política de Memória. É necessário não esquecer que a questão da escravatura foi um instrumento político, de dominação do outro e uma narrativa do poder. As políticas de memória são construídas com objetivos políticos e os fenómenos históricos estão longe de serem meros eventos inocentes que ocorrem no tempo e no espaço. José Capela, na sua “História do Tráfico Negreiro em Moçambique” não deixa de revelar essa consciência do presente. Essa foi mais uma lição que aprendi com mestre Capela.

Das diferentes e variadas lições que estou devedor a José Soares Martins aquela que me interessa relevar é a do seu contributo para a construção dum kairós na historiografia portuguesa.

A dimensão do tempo presente é como sabemos a melhor definição do tempo *kairótico*. O aqui e agora, onde tudo se joga, onde a decisão se inscreve. É certo que há uma dimensão cronológica no tempo, com a sucessão de fatos que se encadeiam de forma interligada. Na conjugação entre o Crónos e o Kairós afirma-se a liberdade. O livre-arbítrio, na sua

dimensão agostiniana, que permite ao indivíduo inscrever a sua ação no movimento coletiva da história. De a influenciar através da sua leitura do mundo, dos limites da sua ação e da sua capacidade de se interligar com a ação coletiva.

A historiografia portuguesa, que não cabe aqui analisar, grosso modo desenvolve-se a partir dos trabalhos de Herculano, no século XIX. Antes de Herculano, escreviam-se essencialmente crónicas de reis, como bem salientou Barradas de Cravalho²². Se as crónicas eram histórias de reis, ainda que a Monarquia Lusitana de Frei Bernardo de Brito procurasse alicerçar a especificidade autóctone do mítico povo Lusitano, civilizado pelos romanos no sudoeste peninsular, Herculano faz história como “ciência” a partir da análise dos documentos. A sua *Portugalia Monumenta Histórica* disso testemunha, ainda que fundamentalmente alicerçado numa dada ideia de medievalidade e da força dos concelhos como especificidade do território.

A partir daí, e essa é a questão que nos interessa salientar, a História de Portugal passa a ser uma História Nacional. Coelho da Rocha ou Pinheiro Chagas, e o prolixo Oliveira Martins escrevem as primeiras sínteses da história da Nação. Escreveram-nas empenhados em projetos políticos de afirmação da Nação. Fundamentos étnicos de fusão entre lusitanos e romanos, fundamentos religiosos messiânicos a recordar a herança judaica, fundamentos linguísticos, foram afinal argumentos com que a história romântica se foi afirmando na esteira do grande Michelet e Von Ranke. A república partilhará dessa herança, envolvida que esteve nos processos da missão civilizadora. O Estado Novo inaugura uma narrativa histórica profundamente influenciada pelos medievalistas franceses, com base nos heróis envolvidos em missões transcendentais. A leitura da gesta marítima era vista como uma continuidade das cruzadas. Mas, este é uma questão relevante, a história era coisa do passado. Raramente se estudavam os tempos presentes. O presente era visto como um espelho do passado, onde a ação se deveria basear na tradição. Como uma via única onde a autonomia do eu e do outro se dilui na narrativa sacralizada colocada fora do tempo, fora da qual não havia História.

Essa foi uma das ruturas que José Capela fez, procurando escutar a voz do outro, procurando no presente os vestígios dos fenómenos do passado. Um passado que não era já visto como uma sucessão de gestos heróicos com o fim de atingir a libertação do espírito, mas como processos que opções que chegam ao presente e que o influenciaram. Sem os reconhecer não se estava em condições de tomar decisões sobre o futuro.

É certo que Capela não terá escrito isto. Esta é uma visão muito pessoal sobre a obra deste autor para aquilo que vou escrevendo. Nos registos autobiográficos é sempre impreciso pensar a extensão dos contributos dos outros.

A história e a poética do saber

Reconhecer o contributo de Capela para a forma como olhei para o fenómeno da Ilha de Moçambique, sobretudo para aquilo a que temos vindo a nomear o seu Kairós não invalida o contributo de outros autores que trabalharam a partir dos processos do reconhecimento do outro.

Na questão a problemática da Ilha de Moçambique estava presente a questão da escravatura como um fenómeno do passado que transportava uma memória controversa, como também estavam presentes memórias carregadas de tensões. A Memória dos Portugueses, por exemplo, que fizeram da Ilha do Índico um hotel para os comandos da guerra colonial, ou a memória tensa entre moçambicanidade e luso-tropicalismo.

²² Carvalho, Joaquim Barradas (1977), *Da História Crónica à História Ciência*, Lisboa: Livros Horizonte.

Neste último domínio, Alfredo Margarido foi um instrumento útil. A leitura do seu livro “Lusofonia e os novos Mitos Lusófonos”²³ permitiu entender melhor as memórias controversas e as narrativas que nela estão presentes. Não interessa agora detalhar a invenção conceitual que a palavra Lusofonia transporta.

Em linhas breves, porque aqui interessa-nos refletir sobre o contributo de José Capela para o nosso trabalho, na Faculdade de Letras na disciplina de História de África que Isabel Castro Henriques lecionava, abordava-se uma leitura crítica da expansão portuguesa e o processo da construção da imagem do outro. Mais tarde, através dos trabalhos de Alfredo Margarido, compreendi que estas lições de Castro Henriques tinham esse autor como inspiração. Disse Margarido, em síntese, que a gesta ultramarina foi, num primeiro momento, baseada no pensamento medieval da Cruzada. Isso legitimou o domínio e genocídio epistémico do outro através da espada e da cruz. Havia naturalmente outras abordagens, como por exemplo do Jesuíta Bartolomeu de Las Casas. Mas sabemos que esses escritos ficaram marginais no pensamento da época. A ausência de alma nos gentios foi a operação mental que permitiu a sua redução à condição de escravo. Mais grave ainda, a negação da dignidade do permitiu a sua passagem a mercadoria: A coisa! A naturalização do outro é transformá-lo em algo passível de apropriação e por isso de troca.

Com o final da escravatura, a estrutura de legitimação ideológica, como se dizia na época, passou a ser o da *Missão Civilizadora*. O final do século XIX e o período Republicano usou-se o processo de legitimação do domínio do outro, do seu corpo e do seu pensamento, através do princípio de levar a “civilização ao outro”. Um processo de dominação que nega mais uma vez a sua identidade e anula as suas memórias.



Ilustração 006 – Pescadores da Ilha. Desenho de Beatriz Oenix, 2009.

O terceiro movimento desta ideologia colonial de invisibilidade de outro, emerge com o advento dos movimentos de libertação africanos, a partir do pós-guerra. Como os direitos históricos e dos deveres de civilizar deixaram de ter aceitação como estrutura de legitimação da dominação colonial, substituídos pela emergência dos princípios e valores da autodeterminação e das ideias do Desenvolvimento, o Estado Novo, ensaia a legitimação do colonialismo através do Luso-tropicalismo. O luso tropicalismo é a célebre teoria do sociólogo Brasileiro Gilberto Freyre²⁴ que defendia uma especificidade do modo português de estar no mundo²⁵, com base a sua suposta aptidão de se miscigenar e com isso criar novas formas de estar.

²³ Margarido, Alfredo (2002), *A Lusofonia e os Novos Mitos Lusófonos*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

²⁴ Freyre, Gilberto (1933/1964), *A Casa Grande e a Sanzala*, Lisboa: Livros do Brasil.

²⁵ Título de tese de Cláudia Castelo (1999). *O modo português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*: Porto, Edições Afrontamento.



Ilustração 007 – Recolectores da Ilha de Moçambique. Foto do autor.

Escrito a partir da experiência brasileira, Freyre é convidado a visitar o Império Português, criando argumentos para legitimar essa ideia, que mais não visava negar, mais uma vez, a identidade e a memória do outro, ao mesmo tempo que procurava encontrar uma folga na pressão mundial que Portugal sentia para que descolonizasse os seus territórios africanos.

A Ilha de Moçambique foi um dos lugares visitados por Freyre, relatado na sua *“Aventura e Rotina”*²⁶ o que explica algumas tensões que a memória da ilha transporta, sobretudo para os portugueses que a visitam. Mas isso é apenas uma nota sobre este processo de mitificação da portugalidade e da sua impossibilidade de reconhecimento do outro.

Margarido, depois de desmontado o mito do luso-tropicalismo, alerta para a possibilidade do conceito de Lusofonia poder traduzir a intenção de recuperação do império perdido, agora com base na língua. O principal argumento sobre a ideia de lusofonia é a que que

apenas pode ser útil se nele souber incluir os lugares de enunciação. Os diferentes lugares dos outros, das suas memórias e formas de interagir. Ora o lugar de enunciação foi o que Capela soube dar voz nos seus trabalhos iniciais sobre Moçambique, nomeadamente o *“Moçambique pela voz do seu povo”*.

A ideia de Lusofonia, criada nos anos noventa, talvez inspirada nas políticas francesas da língua, surge pela mão de Santos Neves, então reitor da Universidade Lusófona, como um projeto aglutinador do mundo de expressão portuguesa.²⁷ Com efeito, muitos encontram nesta expressão da “fala lusa”, criada no espaço intelectual do centro do antigo império, uma alternativa à Língua ou Expressão Portuguesa como expressão da continuidade imperial de domínio do outro, recusando-lhes as “línguas maternas” e crioulos. É contra isso que Margarido se levanta, contra essa esperança de reconstruir um país unido pelo Atlântico, com base num mito messiânico numa fala inscrita no lastro da história colonial, violenta e de dominação, e sobretudo uma narrativa onde esse passado é esquecido em nome duma suposta irmandade naturalizada.

Lusofonia é um conceito inventado pelos académicos, que etimologicamente significa a fala lusa, que como se sabe não existe. Poderá ser um equívoco ou uma criação de intelectuais e políticos com determinadas intenções. Mas sabemos existe efetivamente um mundo onde se fala português. Fala-se por escolhas políticas, que nos casos dos novos países africanos, foi uma escolha da sua independência política, como forma de aglutinar os territórios, habitados por várias nações e línguas, algumas delas transfronteiriças. Tratou-se pois duma opção da praxis política que chega até nós. Como poderia, por exemplo, ser atingida a alfabetização e concretizada a educação para todos que as Independências pressupunham no seu contexto, sem um corpo de educadores e de recursos preparados para o efeito. Recursos

²⁶ Freire, Gilberto (1954), Lisboa: Livraria Bertrand.

²⁷ Neves, Fernando Santos (2002), *Crítica da Razão Lusófona*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

esses que existiam em português. Opção que hoje pode parecer discutível, mas que nos contextos da época talvez não o tenha sido. Opções que deixam marcas e memórias que estão hoje presentes.

Talvez por isso se vejam tão poucos a defender a Lusofonia fora do retângulo europeu. Contudo, como nota Margarido há palavras conceitos que são úteis para construir em conjunto, políticas de línguas e políticas culturais. Margarido não olha para a Lusofonia como um espaço, mas como um lugar de enunciação: uma Lusotopia²⁸ e é com essa preocupação que Margarido a defende. Lusotopia como referência duma geocultura²⁹ o que é em si uma questão de tensão e complexidade.

Do ponto de vista histórico, a palavra transporta uma ideia de resistência cultural pela língua (que herda dos processos de diferenciação das línguas peninsulares), ao mesmo tempo que levanta a questão da possibilidade de emancipação pós colonial a partir da enunciação e do reconhecimento da diversidade dos outros. A complexidade passa pelo reconhecimento dum tempo de um passado conflituoso. Um passado que influi sobre o presente a partir do qual se abrem oportunidades de relações, que podem ser iguais e mutuamente vantajosas se ultrapassarem os traumas e os silenciamentos. Nesse sentido Lusotopia poderá ter alguma utilidade como ferramenta de justiça cognitiva do mundo.

José Capela e a questão da verdade e do reconhecimento do outro a partir do lugar de enunciação

Como conclusão desta reflexão autobiográfica do contributo de José Capela para a construção da minha leitura de Memória e Esquecimento importa acentuar o debate que tenho vindo a fazer sobre o lugar da verdade nas narrativas da memória.

Já acima evidenciamos a distinção entre história e memória coletiva feita por Pierre Nora em “Lugares de Memória”³⁰. Como Nora deu conta, há nos seus elementos constitutivos matérias comuns. Fatos que advém do passado, que funcionam como uma espécie de interação (chama-lhe um jogo de espelhos) em que a relevância (vontade de memória) conduz a uma intenção de lembrança que a História não pode ignorar.

A fixação da relevância dos acontecimentos do passado constitui-se como algo de comum, que conduz a dois caminhos que, em termos de pensamento científico se diferenciam: nos trabalhos de história pela hermenêutica sobre os documentos que é uma ferramenta de crítica indispensável, e que conduz a uma narrativa histórica; nos trabalhos sobre a memória social, a crítica da memória coletiva é um trabalho mais complexo na medida em que a sua hermenêutica é simultaneamente um dado, que pode ser analisado e o processo onde essa mesma a memória se concretiza. A história constitui-se como a construção duma narrativa de sentido, ou melhor um enunciado construído a partir de diferentes vozes coletivas, apresentado em determinados



Ilustração 008 – Pescador da Ilha de Moçambique. Ao fundo Ermida de São Sebastião na Fortaleza na Ilha de Moçambique. Foto de Isabel Osório.

²⁸ Sobre esta questão veja-se <https://lusotopias.wordpress.com/>.

²⁹ Leite, Pedro Pereira (2013). Lusotopia e Geocultura, in “Lusotopia – Revista de Geocultura, n.º 0, <https://lusotopias.wordpress.com/>.

³⁰ Nora, Pierre (1977), “Lugares de Memoria” in *Le Golf* (1977). A Nova História, 1, Lisboa: Edições 70.

momentos, em determinados contextos. Trata-se de uma verdade relativa. Contudo, como essa narrativa foi construída sobre um passado, ainda que esse passado seja coletivo, ela não deixa de ser apenas uma narrativa possível sobre esse passado. A sua verdade dependerá sobretudo da sua adequação ao contexto de cada presente, no momento é que ela se constitui como memória. O desafio que a História enfrenta está nesse sentido em entender e integrar a diversidade nas suas narrativas.

A publicação em 1974 de “Moçambique pela voz do seu Povo”, por José Capela foi, para o nosso trabalho, e independentemente do seu mérito como documento de investigação histórica, uma chave que nos levou a entender a construção de outras narrativas. Tratou-se duma narrativa que é construída a partir do reconhecimento do outro e que me permitiu tomar consciência sobre a relevância do lugar dos enunciados no âmbito duma ciência social que procura construir a emancipação social com base na participação dos próprios sujeitos. Uma herança com que fico a partir do trabalho do mestre José Capela, a quem hoje presto homenagem.

Referências bibliográficas

Obras de José Capela

O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas Colónias: as ideias coloniais de Marcelo Caetano, Porto: Afrontamento, 1977.

Escravidura, Porto: Afrontamento, 1974.

A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900), Porto: Afrontamento, 1975.

O vinho para o preto, Porto: Afrontamento, 1973.

Moçambique pelo seu povo. 3.ª ed., Porto: Afrontamento, 1974.

Donas, senhores e escravos, Porto: Afrontamento, 1996.

O escravismo colonial em Moçambique, Porto: Afrontamento, 1993.

O tráfico de escravos nos portos de Moçambique: 1733-1904. Porto, Afrontamento, 2002.

Conde de Ferreira & C.ª: Traficantes de escravos, Porto: Afrontamento, 2012.

Outras obras

Augé, Marc (2001), *Les formes de l'oubli*. Paris: Éditions Payot et Rivages.

Carvalho, Joaquim Barradas (1977), *Da História Crónica à História Ciência*, Lisboa: Livros horizonte.

Castelo, Cláudia (1999), *O modo português de Estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.

Delory-Momberger, Christine (2006), *Formação e socialização. Os ateliês biográficos de projeto*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n.º 2, pp. 359-371.

Farroti, Franco (1991), “Sobre a autonomia do método biográfico”, in *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 9, pp. 171-177.

Freire, Gilberto (1954), *Aventura e Rotina*, Lisboa: Livraria Bertrand.

Freyre, Gilberto (1933/1964), *A Casa Grande e a Sanzala*, Lisboa: Livros do Brasil.

Honnet, Axel (2011), *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa: Edições 70.

Lechner, Elsa (2009), “História de Vida: Olhares Interdisciplinares”, Porto: Afrontamento.

- Leite, Pedro Pereira (2011), *Casa Muss-amb-ike: O compromisso no processo museológico*, Ilha de Moçambique: Marca D'Água.
- (2011), *Olhares Biográficos, A Poética da intersubjetividade em museologia*, Lisboa/Ilha de Moçambique: Marca D'Água, 61 páginas.
- (2013), *Lusotopia e Geocultura*, in “Lusotopia –Revista de Geocultura”, n.º 1.
- Margarido, Alfredo (2002), *A Lusofonia e os Novos Mitos Lusófonos*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Neves, Fernando Santos (2002), *Crítica da Razão Lusófona*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas
- Nora, Pierre (1977), “Lugares de Memória” in Le Golf, Jacques (1977). *A Nova História*, 1, Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, Paul (2007), *História, Memória e Esquecimento*, Campinas: UNICAMP.
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto: Edições Afrontamento, 59 páginas.
- Thompson, Paul (1993), *The Voice of the Past*, London: Oxford University Press.